

TRAVESSIAS E DESAFIOS.

Antonio Torres Montenegro *

RESUMO: Este artigo desenvolve uma série de reflexões historiográficas, em que privilegio meus próprios impasses desde o período de meu mestrado até os dias atuais. As inúmeras questões e desafios que a opção por trabalhar com relatos orais de memória significaram/significam e a forma como eles foram sendo enfrentados. Há também nesse nosso artigo uma preocupação em pontuar os deslocamentos que uma perspectiva histórica não mais centrada no sujeito, na causalidade e no real como referências instituintes da história, foram sendo enfrentadas.

ABSTRACT: This article develops a series of historiographical reflections on my own impasses that privilege since the period of my masters until today. The numerous issues and challenges that the option to work with oral histories of memory meant / mean and how they were being faced. There is also a concern in our article on the shifts that punctuate a historical perspective no longer centered on the subject, on causality and instituting real history as references, were being addressed.

Introdução:

O tema desse artigo contempla de maneira fundamental algumas questões metodológicas suscitadas tanto pela documentação como pela leitura de autores diversos no campo da historiografia, da metodologia e da filosofia entre outros.

Escrito inicialmente para a mesa redonda Perspectivas Teórico-Metodológicas da História Oral no V Encontro Regional Sul de História Oral – Desigualdades e Diferenças –, ao adaptá-lo para publicação operei alguns deslocamentos analíticos bem como diversos acréscimos e reformulações.

Ao concluir a escrita desse texto percebi que os percursos trilhados se apresentavam como travessias intermináveis, quase uma ego história, pois procurei pontuar questões, dilemas e desafios que o trabalho com a documentação de maneira

* Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco

geral a as fontes orais de memória me foram possibilitando formular à medida que avançava na pesquisa e escrita da história ao longo dessas últimas décadas.

Quando fui aceito para meu doutorado na Universidade de Campinas em 1985, tinha como proposta geral, entrevistar pessoas das camadas trabalhadoras que nos habituamos a denominar de popular, para ouvir delas o que construíam e representavam como passado histórico. Partia então da vaga suposição, que muitas ou a grande maioria, por não terem freqüentado os bancos escolares, não havia aprendido a história oficial. Dessa forma, o que representariam como passado histórico? As suas vivências cotidianas na família, no trabalho, nos sindicatos, nas associações recreativas e culturais, entre outros. Era então necessário entrevistá-las para conhecer essa história.

Fui em busca de projetos de história que utilizassem entrevistas com trabalhadores como técnica para produção de uma fonte que pudesse servir de base à pesquisa e à escrita da história. Nessa busca, alguém me recomendou um projeto desenvolvido no Centro de História Oral da Universidade de Indiana, - dirigido pelo Prof. John Bodnar - que no início dos anos de 1980 havia entrevistado quase uma centena de operários e funcionários de diversos escalões da fábrica de carros Studebaker, que encerrara suas atividades na primeira metade da década de 1960.

A minha reduzida bagagem de experiência de pesquisa tinha sido até então jornais, anais parlamentares, panfletos e também um pouco de literatura do século XIX. Fora com essa documentação que havia escrito minha dissertação de mestrado, acerca dos vinte anos finais da escravidão no Brasil. Recordo ainda o grande dilema que foi a escrita da história na dissertação, sobretudo, porque pensava e defendia a necessidade de romper com uma narrativa centrada na cronologia. Estava e estou inteiramente convencido que o relato histórico fundado na cronologia, e, portanto, prisioneiro da causalidade, significa estar inteiramente submetido à lógica e ao domínio dos signos que a documentação apresenta. Difícil era lidar com a permanência dessa escrita 'linear', ou talvez, em que as marcas de uma lógica histórica centrada em causas e conseqüências ainda tinham preponderância sobre minhas novas leituras e quase aprendizagens teóricas e metodológicas. Só depois de defendida a dissertação, aliviado do fantasma dos prazos e pressões da banca e do orientador, pude então construir uma questão em torno do tema da dissertação escravidão/abolição, ou seja, indagar sobre quais os meios que as sociedades utilizam para inventar e desinventar o tema da escravidão. Nos livros que então escrevi, o paradidático *Reinventando a Liberdade e Abolição* para a série

Princípios, já me sentia livre da causalidade e, por extensão, da cronologia como fio condutor e determinante do sentido historiográfico.

Da Studebaker a Casa Amarela:

Fechado esse parênteses, voltemos ao Projeto Studebaker em Indiana University. Em janeiro de 1986, lá estava eu numa fria Bloomington para pesquisar nesse acervo oral as entrevistas desses trabalhadores da fábrica de carros. E foram três longos meses, ouvindo e lendo as transcrições de todo aquele conjunto de fitas gravadas. Como muitas vezes ocorre quando estamos pesquisando uma documentação em que não temos ainda uma questão ou problemática definida, passei a anotar alguns temas que poderiam interessar-me para, posteriormente, escrever um artigo e também o relatório que teria que ser apresentado ao CNPq. Daquele amplo quadro de histórias de trabalhadores, um conjunto de relatos interessou-me e passei a tomar notas. Nestas notas registrei: o orgulho que muitos expressavam ao dizerem que trabalharam centenas de sábados e domingos (imaginava algo impossível ocorrer no Brasil); uma greve que ocorreu e a perseguição aos seus líderes; a questão de se utilizar a estratégia de empregar diversos membros de uma mesma família, como forma de controle, pois se algum membro cometia alguma falta o pai ou aquele considerado a autoridade da família era chamada pela direção da empresa; a questão do alcoolismo e finalmente a questão dos suicídios que ocorreram quando a empresa faliu. Este foi para mim o tema que mais me chamou a atenção, pelo desespero que os relatos expressavam alguns afirmando que trabalhadores perderam aposentadorias construídas durante décadas por uma questão de meses, semanas ou dias. Também afirmavam, em algumas entrevistas que aquele havia sido um tema, que a imprensa pouco ou quase nada noticiara.

Concluída então essa etapa, comecei a organizar as notas. Uma sensação se foi construindo à medida que a escuta das fitas avançava e tornava-se agora mais clara, ou seja, a de que não tinha como contar uma história, ou esboçar um relatório com um maior nível de reflexão historiográfica, apenas com o que ouvia. Definitivamente, não concordava com a afirmação que lera em algum livro ou manual de história oral, de que uma fita transcrita se transforma em um documento igual a qualquer outro documento escrito. E nessa hora, vinha à lembrança, os jornais ou os debates parlamentares em que pesquisara para a dissertação e que me permitiam minimamente esboçar um relato historiográfico. No entanto, aqueles relatos de memórias, tão preciosos, se pareciam a luzes que se acendem e apagam. Não era possível ir adiante apenas com eles. Para poder

escrever sobre aqueles suicídios era necessário, por exemplo, conhecer a legislação trabalhista dos EUA e do estado de Indiana, assim como a política trabalhista da empresa. Também pesquisar nos jornais e visitar o sindicato para verificar se dispunha de arquivos sobre aquele tema. Por outro lado, os relatos de memória me diziam de uma experiência de trabalho e de vida numa empresa de carros, que normalmente a documentação escrita não oferece. Os próprios arquivos das empresas, os arquivos sindicais, os jornais, a legislação entre outros não contemplam esse tipo de relato, em que a história vivida no cotidiano em suas múltiplas dimensões é apresentada sob os mais diversos enfoques.

Encerrado aquele estágio, meu relatório se constituiu fundamentalmente numa dupla aprendizagem. Estava diante de uma fonte que me oferecia uma outra perspectiva historiográfica, ou seja, movimentos, lutas, reflexões, sentimentos, relações de poder e de trampolinagem (como aprenderia mais tarde com Certeau) que as demais fontes não costumam oferecer. No entanto, e ao mesmo tempo, não poderia prescindir das demais fontes, pois de certa forma elas é que possibilitariam construir um campo projetado em uma rede mais ampla, com informações imprescindíveis para situar os múltiplos vividos que as memórias relatavam.

Retornando ao Brasil vou então em busca de homens e mulheres dos bairros pobres de Recife para realizar as entrevistas. E aqui me deparo – de saída – com a forte crítica de que os intelectuais costumam ir aos bairros populares desenvolver suas pesquisas e, no final, nada deixam para os mesmos. Ou seja, a apropriação da mais valia dos padrões tinha sua correspondente apropriação do saber popular pelos intelectuais e acadêmicos. Nesse sentido, o relato de uma mulher, Tota, moradora do bairro de casa Amarela se tornou para mim paradigmático. *“Depois que eles filmaram tudinho, eu digo: vem cá. Aí tinha um que entendia o que à gente dizia. Eu digo: vem cá. Aí tinha um que entendia o que a gente dizia. Eu digo: vai sair alguma coisa sobre isso? Vai sair nada, não é ?!! Aí vai ficar tudo assim, é ? Somente filmar, chegar lá, vocês vão receber o dinheirinho desse filme, né ? Alguma coisa aí, e a gente fica nessa, né ? ...Eu digo: o menino com fome, o comer para cuidar, eu aqui empalhada com vocês, vai sair nada não, é ? Eu digo: é, para vim conversar besteira com a gente, vocês só anda sem dinheiro, agora quando vier aqui, vou cobrar.”ⁱ*

Foi então que propus à federação do bairro de Casa Amarela fundar um Departamento de Memória com os próprios moradores, treinados por mim e uma equipe. Todas as entrevistas seriam de propriedade do Departamento e criaríamos uma

linha de produção de livros, programas de rádio e vídeo, de forma que todos aqueles relatos não fossem dirigidos apenas para embasar minha tese e nossos artigos acadêmicos. Isso efetivamente foi realizado e produzimos um livro com três entrevistas de moradores na íntegra, uma cartilha, 06 programas de rádio e um vídeo. Ouvir a histórias de vida dos moradores do bairro de Casa Amarela se constituiu em muitas aprendizagens. Algumas talvez, só se materializaram alguns anos depois, como por exemplo, a dificuldade de lidar com um entrevistado que dizia ter combatido na Coluna Prestes, mas seu relato se apresentava como uma grande criação de sua imaginação. Só anos mais tarde lendo o artigo de Janaina Amado *O grande mentiroso* e o de Portelli, *Sonhos Ucrônicos*, pude constatar como fui no mínimo inábil na condução daquela entrevista. Também uma outra aprendizagem foi descobrir que o Departamento de Memória da Federação de Moradores, que recebia candidatos para entrevistas – a conta gota – pois muitos tinham receio de vir contar suas histórias de vida, de um momento para outro, passou a ter filas de candidatos na ante sala da sede daquela entidade. Minha alegre surpresa em breve se desvaneceu, pois um morador acabou por me explicar o que se passava: *Professor é o seguinte, já se espalhou no bairro que é só vir aqui e contar umas besteiras e o senhor paga R\$ 10 reais*. Pronto, estava desnuda outra vez a relação de classe, de poder, e as brechas e as piruetas que o povo cria para driblar pessoas, instituições, relações tão diferentes das do seu universo cotidiano. Afinal, havia pensado desde o início desse projeto, para o qual tínhamos obtido recursos do governo estadual, que fora depositado na conta da Federação de Moradores e era por ela gerido, que se eu tinha minhas horas de pesquisa pagas por uma bolsa, porque não pagar também as horas em que aquelas pessoas eram retiradas dos seus afazeres para falar de suas vidas. Passada a ingênua decepção, as dezenas de entrevistas até então realizadas ajudaram-me a compreender que nem todas as pessoas são capazes de transformar suas lembranças em narrativa. Algumas apresentavam narrativas sem concluir uma idéia, misturando e associando vários temas quase de forma simultânea, outros ainda, talvez movidos por um grande receio de se comprometerem ou dizerem alguma coisa ‘indevida’ àquele professor, transformavam seu relato em grandes e homéricas apologias do seu passado. Talvez também por minha pouca experiência, não era capaz de interagir e mudar esse tipo de relação entrevistador / entrevistado quando ela se apresentava. No entanto, mais tarde, num outro projeto com professores aposentados da Faculdade de Engenharia da UFPE, encontrei professores que também não concluía suas idéias, saltando, a cada

momento, de um tema a outro, transformando seu relato de memória em um labirinto, sem o fio de Ariadne.

Havia ainda aqueles moradores e moradoras de Casa Amarela que, ao começarem a lembrar a sua infância e mesmo o seu passado, eram tomados por uma grande tristeza e iniciavam a chorar, fazendo-nos imediatamente interromper e não insistir naquela operação de construção ou reconstrução das memórias. Não somos psicólogos ou psicanalistas e um rememorar tão doloroso tornava-se, do meu ponto de vista, algo muito perigoso.

Encerrada essa etapa da pesquisa, veio o período do trabalho nos arquivos e a coleta de documentos que ajudassem a situar historicamente os principais temas historiográficos abordados naquelas entrevistas. Uma delas, por exemplo, se apresentou de forma marcante em muitas memórias, ou seja, a luta pela erradicação dos Mocambos na década de 1930/1940 levada a cabo pelo interventor Agamenon Magalhãesⁱⁱ. Descobre-se um verdadeiro pânico que se formou, gravado na memória de muitos desses homens e mulheres, em face do perigo de saírem para o trabalho e quando retornarem para suas casas, estas haverem sido derrubadas pelo Serviço Social Contra o Mocambo. Nunca esqueci um relato de um morador, que diz ter enfrentado com uma foice os funcionários do Estado que tinham vindo derrubar sua casa coberta de palha. Verdade ou não, nesse relato de Benedito José de Moraes, morador de Casa Amarela, pelo menos para a história ele se construiu, se apresentou como um Hércules. Narrou que depois os ‘homens voltaram e negociaram com ele’ uma outra casa para morar. Narra ainda, que alguns enlouqueceram quando retornaram do trabalho para casa e a encontraram demolida.ⁱⁱⁱ

Desafios metodológicos: história e memória.

Ao iniciar o período da escrita da tese, nesse momento, em contato com diversos autores e teóricos da memória e da história, *Maurice Halbwachs* me provoca um grande choque. Isto porque no seu clássico, *A Memória Coletiva*, apresenta como uma das suas teses principais que a memória e a história são inconciliáveis. Enquanto a memória é sempre viva e presente na vida das pessoas de uma comunidade, esta se transforma em história quando deixa de estar viva e é enviada aos arquivos. Ao mesmo tempo, sua compreensão da história era de uma história cumulativa de histórias regionais apontando para uma história das civilizações. E então, como ficaria minha tese que trabalhava os relatos de memória como fonte para história? Foram diversas leituras e

releituras – desesperadas – até o momento em que pude compreender que estava dialogando com um autor que escreveu sua obra na década de 1920, e que era preciso refletir sobre as concepções de história então predominantes naquele período da história. No entanto, entre os muitos aprendizados que essa sua obra me trouxe, destacaria a relação indissociável entre memória individual e social. Nesse sentido, este autor me deu uma grande ajuda para pensar que não precisava me preocupar com a representativa estatística do número de entrevistados, pois de alguma forma um relato oral de memória, pois mais particular que ele seja, carrega as marcas da rede social, profissional, política, cultural daquele entrevistado.^{iv}

Concluída a tese, dois problemas passaram a atormentar-me. O primeiro é que as memórias que ajudaram a construir o percurso historiográfico da tese foram pensadas como provas do vivido, e não como reconstrução mnemônica que os entrevistados realizavam a partir de uma série complexa de fatores que o presente produz, intervindo nesse itinerário. Só então me dei conta que era preciso situar aqueles relatos de memória como sinais, em constante movimento de resignificação e não como prova do vivido. Essa compreensão me fez durante muito tempo ter gana de apagar da tese, depois transformada no livro *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*, a expressão resgate da memória, ou pelo menos, substituí-la por construção ou resignificação da memória. Por outro lado pensava, o que me garantiria que em breve espaço de tempo, uma outra categoria ou mesmo trecho do livro, eu novamente não tivesse a necessidade de substituir ou aperfeiçoar a escrita. Escolhi então, diferentemente de muitos escritores e historiadores que optam por reescrever suas obras, em aceitar aquele trabalho, como um momento da minha caminhada. E talvez isso tenha incomodamente me tranquilizado, pois afinal aprendi a duras penas a pensar o conhecimento e por extensão a produção do conhecimento historiográfico como movimento e por extensão inconcluso e não como o estabelecimento de verdades acabadas e definitivas.

Por outro lado, não podia deixar de me preocupar com os críticos que afirmavam numa direção inteiramente oposta que não se podia confiar na memória, pois a cada momento as pessoas seriam capazes de narrar as mesmas lembranças de forma inteiramente diversa. Nesse período, a difícil leitura de *Henri Bergson*, foi muito proveitosa e me ajudou a pensar por meio do seu famoso cone uma resposta a esses críticos. Afinal, segundo *Bergson*, jamais retornamos à memória original. Toda memória seria sempre memória da memória, haja vista que ela se interliga de maneira

inseparável com as impressões apreendidas pela percepção que nos mantém em contato permanente com o mundo ao nosso redor. E esta em seu devir infundável, estaria permanentemente apresentando novos acontecimentos, novas situações, novas experiências e por extensão outras formas de analisar e refletir acerca do que nomeamos por real. Para expressar graficamente a inseparável relação entre a memória e a percepção, esse autor se utiliza de uma figura geométrica em forma de cone. A base do cone representaria a memória, enquanto as retas que se estendem da base ao vértice representariam a percepção. Dessa forma a memória e a percepção são indissociáveis e não seria possível a percepção pura, nem tampouco a memória pura. Em todo ato de percepção estariam presentes as marcas da memória, porém também todo lembrar carrega as marcas, os signos, os sinais do presente, apreendidos pela percepção em permanente contato com o mundo exterior. Por essa razão o lembrar estaria marcado pelas impressões e experiências do presente. Afinal, o vértice do cone é considerado o ponto de contato da percepção com o mundo exterior, sinônimo de constante movimento e mudança. O élan vital pensado por *Bérgson* que, de certa forma, o torna um autor sobre o qual Gilles Deleuze irá dedicar um livro *Bergsonismo*, numa época em que esse filósofo ainda era criticado como idealista, tornar-se-á uma leitura muito cara a mim. O estudo desses autores me ajudou a repensar a crítica desses historiadores ao uso da memória como fonte; pois assim, como cada um ‘teoricamente’ opera um resignificar constante das suas memórias, a historiografia institui uma reescrita e uma releitura constante de obras, acontecimentos e documentos a partir das novas experiências sociais, culturais, políticas, bem como em face de novas abordagens teóricas e ou a descoberta de novos documentos no presente. Dessa forma, o movimento de releitura e resignificação das memórias individuais e coletivas, como da própria historiografia são intermináveis. Passei então a argumentar com esses críticos da volatilidade da memória, que também a história, os documentos, as obras, nossos escritos são alvo dessa ‘denominada’ volatilidade, afinal tudo que é sólido desmancha no ar.

A questão do real:

Todo esse percurso até então narrado, à medida que instituí algumas respostas às questões metodológicas referentes a memória e a história, remetia a um outra problemática, que poder-se-ia dizer muito mais radical, ou seja, a relação entre o documento e a realidade. E nesse momento, dois outros autores, duas outras leituras,

irão direcionar e obrigar-me a operar escolhas. Refiro-me primeiramente (sem ordem de importância) ao livro *Relação de Força* de Carlo Ginzburg em que este afirma que ninguém seria mais ingênuo em pensar que o documento seria um reflexo do real, mas se poderia considerar “as fontes como construção, porém não incompatível com a prova”.^v No pólo epistemológico inteiramente oposto estava o livro *Isto Não é um Cachimbo* de Michel Foucault^{vi}. Essa foi uma obra que teve um grande impacto em mim, pois definitivamente me fez repensar como a ordem da linguagem não se reduz à ordem das coisas, com a qual já vinha trabalhando por meio de outras leituras. A frase *Isto não é um cachimbo* escrita por René Magri, em seu quadro que tem acima o desenho de um cachimbo, é o ponto de partida de uma travessia de desconstrução da perspectiva de pensar que os significados advêm do mundo ou do que durante anos denominamos realidade concreta. Ou como foi amplamente discutida por Sausurre, a relativa autonomia da linguagem em relação à realidade, em que a relação entre o significante e o significado é arbitrária.^{vii} Somos nós, por meio de nossas redes sociais que construímos e significamos o mundo. Em outros termos, vivemos nos discursos que acreditamos, ou aprendemos a acreditar como verdadeiros por meio de nossas redes sociais e culturais. O real é o que e como aprendemos a significar o mundo ao nosso redor. Ou ainda como observa Foucault: *É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem: mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de um “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos. A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras.*^{viii} Esse princípio poder-se-ia pensar, seria uma das razões dessa luta ‘ensandecida’ pelo domínio da história, pelo domínio da memória, pelo controle do que e como significar o real, os acontecimentos, o passado e por extensão o presente e o futuro.

Essa opção metodológica – também nomeada construtivista – lançou-me nas malhas dos acusadores do ceticismo histórico, do solipsismo ou ainda de transformar o real nos jogos da linguagem. No entanto, outros três autores me ajudaram a pelo menos provisoriamente caminhar e tatear essa trilha, então aqui brevemente delineada. Por um lado o psicanalista Garcia Roza, quando em seu livro *Metapsicologia Freudiana* afirma que em nosso primeiro ano de vida: *A percepção não oferece objetos com os quais a palavra vai se articular para obter seu significado. A percepção pura e simplesmente não oferece objetos. Aquilo que ela recebe do mundo não são imagens de objetos, mas*

imagens elementares (visuais, táteis, acústicas) que vão constituir o complexo das associações de objeto. Essas associações de objeto, por si mesmas, não formam uma unidade, não formam um objeto; é apenas na relação com a representação-palavra que essa unidade vai surgir. É a palavra que constitui o objeto como objeto. Portanto, o que fornece ao objeto seu significado, e a fortiori sua unidade, não é a coisa externa, mas a articulação da associação de objeto com a palavra.^{ix} Por outro lado, aquilo que na escrita de um psicanalista adquire foro de uma teoria epistemológica a partir da obra Freudiana, no relato de um neurologista que narra casos excepcionais de sua experiência clínica, adquire contornos de uma experiência clínica oftalmológica. O Dr. Oliver Sacks narra o caso de um jovem ‘Virgil’ que ficou cego aos seis anos e após uma operação de catarata aos 50 anos voltou a ver. *Mas o que viu não tinha qualquer coerência. Sua retina e nervo óptico estavam ativos, transmitindo impulsos, mas seu cérebro não conseguia lhes dar sentido: estava como dizem os neurologistas, agnóstico.*^x

Em outros termos não vemos com os olhos, mas com os significados processados em nosso cérebro. O olho é o condutor sensível das impressões exteriores, que só permite formar ou reconhecer uma imagem se o significado foi anteriormente construído por meio da linguagem.

Parecia-me assim, que por meio desse percurso filosófico, psicanalítico e neurológico não havia mais como duvidar que percebemos aquilo que denominamos real não como ele se apresenta, mas por meio do universo de significados que a cultura possibilita interiorizar, e qualquer certeza de verdade que desejamos defender acerca do mundo que nos cerca não advém da realidade exterior de forma pronta e acabada, como a ciência clássica, carteziana, newtoneana, galileana havia ensinado. Ao mesmo tempo, me parecia que trabalhar historicamente nessa perspectiva não era reduzir todo o conhecimento a um jogo lingüístico, ou ao relativismo solipsista, como se a ordem da verdade estivesse reduzida a um capricho individual. A ordem da verdade é da ordem da cultura, ou ainda como afirma Geertz, *o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu.*^{xi}

De certa forma, é a partir dessa perspectiva de que as pessoas estão significando, organizando, explicando o mundo com os referenciais que interiorizam por meio da sua rede social em sintonia com os sinais ou signos que captam do mundo a sua volta, que de certa maneira analiso duas reportagens jornalísticas que tratam de um mesmo tema ou objeto, o Nordeste, no final da década de 1950 e início de 1960.^{xii} O que me marcava de maneira radical nessas duas reportagens, era talvez o fato de que elas se

apresentavam a minha escrita em um período em que digladiava intensamente por meio de leituras, aulas, debates com a questão do real e a produção dos documentos. Estava diante de duas séries documentais (publicadas na Imprensa) que construíam, produziam, significavam uma região – o Nordeste – num mesmo período histórico, de forma inteiramente diversa. Essa documentação me projetava irremediavelmente para a reflexão acerca do tema “*Verdade e Poder*” que Foucault desenvolve em entrevista para Alexandre Fontana e publicado na *Microfísica do Poder*, em que afirma: *Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha.*^{xiii}

As duas reportagens, muito bem construídas articulavam informações estatísticas, depoimentos diversos, fotografias, mapas o que lhes dava o poder de produzir um enorme efeito de verdade, embora inteiramente oposto.

A primeira série foi escrita por Antonio Callado para o jornal do Rio de Janeiro *Diário da Manhã* e alcançou grande repercussão na opinião pública, reproduzida em diversos jornais e também nas Assembléias Legislativas de diversos estados e também na Câmara Federal. Além de denúncias sobre como os latifundiários transformam a seca em um grande negócio, é por meio dessa reportagem que se institucionaliza a expressão “indústria da seca”. Poder-se-ia dizer que o debate que Antonio Callado coloca em razão de suas reportagens após viagem pelo Nordeste polariza de Norte a Sul do país os setores defensores do *status quo*, versus aqueles segmentos que defendem reformas sociais, políticas e econômicas. Naquelas décadas, como é bastante conhecido por meio da literatura do período essas duas forças eram nomeadas respectivamente de direita e esquerda. Callado encerra sua série de reportagens narrando a experiência das Ligas Camponesas e a atuação de Francisco Julião que como advogado e deputado vem ajudando a fundar novas Ligas nos estados do Nordeste e de outras regiões. Para o jornalista esse movimento poderá se tornar um ponto de partida para que o trabalhador rural do Nordeste deixe a condição de escravo: *O Nordeste tem um grande, imenso caso de Polícia, que é exatamente seu tratamento do lavrador, lá ainda muito mais escravo do que homem livre.*^{xiv}

Numa direção inteiramente contrária a reportagem de Antonio Callado encontra-se a reportagem escrita pelo jornalista Tad Szulc para o New York Times, em outubro de 1960. Este é enviado a Pernambuco e produz uma longa reportagem que diferente de Callado, aponta este estado e o Nordeste como se constituindo em um grande perigo para o Brasil, para os EUA e para o continente. Isto porque seus trabalhadores rurais liderados pelas Ligas Camponesas defendem a reforma agrária na lei ou na marra podendo a qualquer momento ter início um levante comunista que facilmente se alastraria por todo o país. E a situação ainda se torna mais grave, em face do aparelho de estado, entenda-se a prefeitura e o estado ter diversos postos-chaves ocupados por comunistas. O prefeito era do Partido Socialista e o Governador, embora um usineiro, para conseguir se eleger teve que ceder muitos cargos aos comunistas em secretarias e órgãos públicos.

De que forma ler essas duas reportagens, que mesmo tratando de um mesmo tema, acerca de uma mesma região, no mesmo período de tempo instituíam realidades paradoxalmente diversas? Em primeiro plano poder-se-ia dizer que elas produzem duas realidades marcadas de significados inteiramente distintos. E, portanto, produzem distintos efeitos de verdade. No entanto, a verdade dessas reportagens não seria mais analisada por mim a partir de referenciais externos ao discurso que enuncia e que o valida, mas da perspectiva da rede social, política e cultural em que é produzido.

Por outro lado, embora não tenha sido alvo de minha pesquisa um estudo da recepção dessas reportagens, a de Antonio Callado foi amplamente no livro em que publicou posteriormente essa série de reportagens. No livro consta a reprodução dos inúmeros jornais que republicaram os textos de Callado, assim como os incontáveis discursos a favor e contra nas inúmeras assembleias legislativas dos estados e mesmo na Câmara e no Senado federal.

O efeito da reportagem de Tad Szulc talvez tenha se somado aos relatórios que o consulado dos EUA enviava a Washington por meio de agentes da CIA que trabalhavam como funcionários daquela representação, e registrado por Joseph A. Page em seu livro *A Revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil 1955 – 1964*. O brasileiro James Green em seu livro *Apesar de Vocês – Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964 -1985* detalha com farta documentação, as ressonâncias que essa reportagem do Tad Szulc provocou nos EUA. Também ainda como efeito da onda comunista que ameaçava partindo do Nordeste, dominar o Brasil, como afirmava Tad Szulc naquela reportagem, o governo dos EUA tenha enviado

Edward Kennedy em agosto de 1961 a Pernambuco. Este foi pessoalmente ao engenho Galiléia, considerada a sede da primeira Liga Camponesa e depois de conhecer as condições de vida dos trabalhadores, perguntou aos mesmos, o que eles mais necessitavam. A resposta foi de energia elétrica. Alguns meses depois chegava a Galiléia um gerador de energia.^{xv}

No golpe em abril de 1964, o exército cercou o engenho Galiléia e prendia e interrogava os moradores procurando as armas que dizia existirem, - e com as quais achavam que os moradores fariam a revolução -, como documentou Eduardo Coutinho em *Cabra Marcado para Morrer*.

Esses percursos relatados se somam a uma aprendizagem cotidiana, pois somos cercados por uma avalanche de histórias que se apresentam e são anunciadas como evidentes. Se desfazer da idéia de causa, de sujeito (enquanto individuo ou classe), de essência e mesmo de um fim teleológico para a história, significa para mim, um exercício permanente. Sobretudo, porque exige um desconstruir de práticas culturalmente dominantes.

A título de conclusão:

Costumo dizer em meus cursos de metodologia e teoria da história, que o percurso para alguém se constituir um historiador profissional significa, entre outras práticas, o desfazer ou desconstruir o historiador natural que trazemos e que foi se formando, muitas vezes involuntariamente, ao longo da vida. Ele é desenvolvido em nós desde a mais tenra idade, por meio de discursos e práticas aprendidos na família, nas religiões, nas escolas e nas mais diversas redes sociais. Afinal é próprio da cultura, do senso comum, estabelecer uma relação processual entre passado, presente e futuro. Esta relação aprendida acerca das diversas temporalidades se apresenta bastante causal, determinista, cronológica, maniqueísta, teleológica entre outras marcas que se poderia apontar. Nosso cotidiano é instituído por relatos de acontecimentos, de fofocas, de lembranças, de encontros/desencontros em que esses marcos temporais e morais funcionam quase como imperativos categóricos de sentidos.

Aprender a operar com os deslocamentos de uma outra temporalidade que atua em movimento em diversas direções, como sugere Michel Serres... - *Paradoxal, o tempo dobra-se ou torce-se; é uma variedade que seria necessário comparar à dança*

das chamas de uma fogueira: ora cortadas, ora verticais, móveis e inesperadas. (Serres, Michel. *Diálogo sobre a Ciência a Cultura e o tempo*. Pág. 84) –, exige um longo exercício. E, por extensão, nossa própria visão do mundo, da sociedade, das relações sociais e políticas também se transformam e produzem um outro olhar, uma outra compreensão e um outro agir no mundo.

Lembro – como já apontei no início deste artigo – a dificuldade enfrentada durante a redação de minha dissertação, ainda na década de 1970, para desfazer-me de um narrar cronológico e instituir uma questão que se tornasse o eixo fundante da discussão a ser apresentada. Afinal, não atribuir à sucessão temporal e à causalidade o sentido da narrativa historiográfica se constituiu uma longa aprendizagem.

Os documentos e suas armadilhas que oferecem sentidos/significados evidentes se constituem em lições cotidianas. Na pesquisa com jornais e com discursos parlamentares, os acontecimentos são diariamente costurados, descosturados, e formam diversos nós, em que o suceder temporal é apresentado ou representado como evidência real. Um outro ritual de pesquisa também significou a utilização – como fonte – dos relatos orais de memória, fragmentos atravessados por tempos múltiplos regidamente controlados pelo narrador.

A imagem que li em algum texto de Foucault ou Deleuze do conhecimento como um porto em que nunca atracamos definitivamente, ou a afirmação de Castoriades de que nenhuma obra deve se constituir em bíblia, são recomendações que procuro ter sempre presentes. Ao encerrar uma pesquisa, a escrita de um livro, ou mesmo de um artigo, apresentam-se novas perguntas a exigir um refazer incessante de certezas e verdades. A incompletude do conhecimento e a prática de um viver cercado de acasos e incertezas são outras lições do desassossego da história.

ⁱ MONTENEGRO, Antonio T. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo. Editora Contexto, 1992. Pág 25.

ⁱⁱ Agamenon Magalhães se tornou ministro Trabalho, Indústria e Comércio de Getúlio Vargas em 1934, acumulando também a pasta da Justiça em 1937. Com o golpe do estado novo em 1937, se torna interventor em Pernambuco, permanecendo no cargo até janeiro de 1945, quando então volta a assumir o ministério da Justiça.

ⁱⁱⁱ Op. Cit. Pág. 118.

^{iv} HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad. Laurent León Schaffter. São Paulo. Vértice Editora, 1990.

^v GINSBURG, Carlo. *Relações de força: História, Retórica, Prova*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo. Companhia das Letras, 2002. Pág. 44/45.

-
- ^{vi} FOUCAULT, Michel. Isto não é um Cachimbo. Trad. Jorge Coli. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.
- ^{vii} SAUSURRE, Ferdinand de: Curso de Lingüística Geral. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1970.
- ^{viii} FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio.
- ^{ix} GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. Introdução à Metapsicologia Freudiana .2. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1991. Pág. 31.
- ^x SACKS, Oliver. Um antropólogo em Marte. Sete Histórias Paradoxais. São Paulo. Companhia das Letras, 1995. Pág. 129.
- ^{xi} GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1995. Pág. 14.
- ^{xii} A análise detalhada dessas duas reportagens foi publicada na Coleção Brasil Republicano 3 – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Jorge Ferreira & Lucília de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2003.
- ^{xiii} FOUCAULT, Michel. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979. Pág. 13.
- ^{xivxv} CALLADO, Antonio. Os Industriais da Seca e os “Galileus” de Pernambuco. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1960. Pág. 57/58.
- ^{xv} PORFÍRIO, Pablo. Medo, Comunismo e Revolução. Pernambuco (1959-1964). Recife. Editora da UFPE, 2009. Pág. 55/56.